



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ARARAQUARA**

**1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES**

Rua dos Libaneses, nº 1998, Carmo, Araraquara/SP, CEP 14801-425

Fone (16) 3336-1888, Ramais 210/211 - E-mail: araraq1fam@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA + ALVARÁ**

Processo nº: 1012836-47.2018.8.26.0037 - Nº de Ordem: 2018/002399  
 Classe - Assunto: Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor  
 Requerente: Neusa Maria Gibelli Franzini e outro  
 Autor de herança: Caetano Gibelli

*Juiz de Direito: Dr. Ivan Rodrigues de Andrade*

**VISTOS.**

Cuida-se de pedido de autorização judicial para resgate de PIS depositado na Caixa Econômica Federal deixado por pessoa falecida.

Não consta interesse de incapazes e pela natureza do crédito não há interesse fazendário, na forma da legislação estadual.

As requerentes são as únicas herdeiras do falecido.

**DECIDO.**

O pedido é de pouca complexidade e pode ser conhecido e decidido de imediato, na forma postulada na exordial, preservados eventuais direitos de terceiros não conhecidos, máxime diante do art. 5º da LINDB cc o art. 8º do CPC.

**ANTE O EXPOSTO,**

defiro o pedido inicial.

Faço-o para, preservados eventuais direitos de terceiros, autorizar **o espólio de Caetano Gibelli**, RG 30.331.200-2, PIS 1.042.004.263-3, representado pelas requerentes **Maria José Gibelli Acquaroni**, RG 10.825.988-2, CPF 150.807.958-75 e **Neusa Maria Gibelli Franzini**, RG 21.606.229-9, CPF 265.279.318-75, a proceder, junto à Caixa Econômica Federal, ao levantamento integral do **PIS**, desde que disponível para saque e desde que efetivamente de titularidade da pessoa falecida.

A considerar a consensualidade do pleito e a preclusão lógica do direito de recorrer (art. 1.000 do CPC), o trânsito em julgado desta decisão se opera de imediato e independentemente de renúncia expressa dos interessados e de certidão cartorária a respeito.

Arbitro honorários à ilustre Advogada de fl.06 nos termos do convênio OAB/DP. Após a juntada da nomeação da DPE na qual consta o número do registro geral de indicação, expedir a **certidão de honorários**.

**Esta sentença tem valor de alvará e será impressa pelo interessado diretamente na internet, no site www.tjsp.jus.br.**

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Publique-se.

Intimem-se.

**SERVIRÁ ESTA SENTENÇA, POR CÓPIA, COMO ALVARÁ**

**PRAZO DE VALIDADE: 180 DIAS**

Araraquara, 26 de outubro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA